

O caso das Joias da Coroa de Setra VI

Reino de Albion vs República de Kemet

1. O Reino de Albion é uma monarquia constitucional do continente europeu e Estado-Membro da União Europeia. País insular altamente desenvolvido, o Reino de Albion tem cerca de 50 milhões de habitantes e é um dos principais centros comerciais e financeiros do globo. A sua capital, Camelot, é a sede das principais instituições financeiras e comerciais do continente europeu e a nível global.
2. Até meados do século XX, o Reino de Albion era também a cabeça de um dos maiores impérios coloniais europeus. No início do século XIX e no contexto de um conflito continental, o Reino de Albion começou a manter contactos diplomáticos e políticos, bem como uma presença militar permanente, com o Sultanato de Kemet, reino muçulmano no Norte de África. Em 1875, aproveitando o vazio de poder criado pela morte do Sultão Furqan III Mafhouz sem descendentes, o Reino de Albion estabeleceu um regime de protetorado sobre o território de Kemet, instalando no trono de Kemet um nobre local leal a Albion, o Sultão Ahmad I Idris, integrando formalmente o sultanato como uma dependência do Império de Albion e ocupando militarmente o território.
3. No final do século XIX e início do século XX, Kemet tornou-se o centro de intenso interesse académico por parte de arqueólogos, historiadores de linguistas de Albion e de vários países ocidentais, seduzidos pelo estudo da civilização do Antigo Kemet. Nas margens do fértil rio Iteru que atravessa todo o território de Kemet, em cerca de 3000 AC, emergiu uma das mais antigas civilizações conhecidas. Centro cultural, económico e político daquela região durante mais de três milénios até à sua incorporação no Império Romano, a civilização do Antigo Kemet deixou um vasto legado arqueológico nas margens do rio Iteru. Ruínas de riquíssimos túmulos, imponentes templos e vastas cidades com faustosos palácios e impressionantes monumentos atestavam a mestria tecnológica da sua engenharia e arquitetura. Os artefactos encontrados nestas ruínas – desde objetos quotidianos, fragmentos de pergaminhos, ornamentos, armas e obras artísticas – atestavam, por outro lado, a riqueza económica e cultural daquela civilização.
4. As principais universidades ocidentais criaram departamentos de Kemetologia e começaram a organizar – muitas vezes financiadas e com a participação de amadores entusiastas – expedições arqueológicas às ruínas do Antigo Kemet. Movidos pelo objetivo de preservar e continuar a estudar o legado arqueológico desta civilização, inúmeros artefactos encontrados durante estas expedições começaram a ser transportados para vários Estados europeus, integrando os espólios de várias universidades e museus europeus. Em algumas circunstâncias, chegaram até a ser transladas as ruínas inteiras de pequenos templos. Para além desta circulação académica e museológica de artefactos do Antigo Kemet, emergiu também um mercado paralelo de coleções privadas destes artefactos. Possuir e expor artefactos do Antigo Kemet passou a ser requisito obrigatório do

gosto refinado e moda da alta sociedade europeia. Apesar de vários países ocidentais participarem neste entusiasmo arqueológico pelo Antigo Kemet, os arqueólogos e entusiastas do Reino de Albion eram os indiscutíveis líderes mundiais no estudo desta civilização e na intensidade das expedições arqueológicas, beneficiando do estatuto de potência colonial na região.

5. Talvez a mais famosa descoberta arqueológica deste período foi a descoberta das joias da coroa do Rei Setra VI. Em 1896, a expedição de Sir Alastair McDonald, professor de kemetologia da Universidade de Altdorf, universidade pública do Reino de Albion, descobriu e conseguiu abrir o sumptuoso túmulo deste antigo monarca que presidiu ao período de apogeu da antiga civilização de Kemet. Para além do sarcófago do rei, de inúmeros e riquíssimos artefactos e de um manancial de inscrições nas paredes do túmulo, foram também encontradas intactas, na câmara principal do túmulo, as joias da coroa de Setra VI: dois cetros de marfim incrustados com esmeraldas, representando as duas margens do rio Iteru, e uma alta coroa de ouro, drapeada de finos tecidos e cravejada com safiras, representando o próprio rio. Todos estes objetos, bem como a monumental porta do túmulo, foram transportados para a Universidade de Altdorf onde se encontram expostos no Museu da Universidade, com especial destaque para as joias da Coroa do Rei Settra VI.
6. Em 1953, na sequência de grandes manifestações e agitação popular nacionalista, as Forças Armadas de Kemet ocuparam o Palácio Real de Agrabá, capital de Kemet, e forçaram o Sultão Ahmad III Idris a abdicar do trono. Beneficiando da simpatia da comunidade internacional em favor da auto-determinação do povo de Kemet, a Junta Militar que tomou o poder conseguiu forçar a retirada das forças militares de Albion do território de Kemet e um reconhecimento formal da independência deste novo estado, reorganizado como a República Islâmica de Kemet.
7. No período que se seguiu à independência e ao tentar estabelecer um regime democrático, a República Islâmica de Kemet conheceu um período de grande agitação e instabilidade política. Em consequência desta instabilidade política, o partido conservador e islâmico, União Kemetiana, liderado por Farad Osman, apoiado pelas Forças Armadas, tomou o poder e estabeleceu um regime ditatorial que durou até 2012: todos os outros partidos políticos foram ilegalizados, restringiu-se a liberdade religiosa e foi estabelecida uma polícia política e um departamento de censura com o objetivo de promover os valores conservadores e islâmicos do União Kemetiana.
8. Durante este período, a República Islâmica de Kemet e o Reino de Albion concluíram um acordo internacional de combate ao tráfico de artefactos culturais do Antigo Kemet, o Acordo de Iteru de 1965. Uma das principais medidas previstas no Acordo de Iteru previa a partilha de dados pessoais de pessoas acusadas de tráfico de artefactos culturais entre os dois Estados. O Artigo 3º do Acordo de Iteru dispõe o seguinte:

“Artigo 3º
(Partilha de informações pessoais)

Se um nacional de uma das Altas Partes Contratantes for acusado de tráfico de artefactos culturais pela outra Alta Parte Contratante, esta última tem o direito a receber todas as informações pessoais, fiscais e criminais que a Alta Parte Contratante do nacional acusado de tráfico de artefactos culturais tenha ao seu dispor.”

9. Em 2012, na sequência de vários meses de agitação popular, inspirada noutros movimentos populares semelhantes da chamada Primavera Árabe, o Movimento Liberdade para Kemet conseguiu derrubar o regime ditatorial do União Kemetiana e inaugurar um período de transição democrática e secular em Kemet. Em 2015, a Constituição da República de Kemet entrou em vigor. Para além de estabelecer a supremacia do Estado de Direito, instituir um regime político democrático e consagrar um vasto leque de direitos fundamentais, a nova Constituição consagrava também um princípio estrito de laicidade do Estado. Sedimentando este ensejo de laicização do Estado de Kemet, a Constituição da República de Kemet consagrava como símbolo nacional as joias da coroa de Setra VI, frisando a herança histórica do antigo Kemet como base do sentimento nacional kemetiano, por oposição à herança dos períodos do sultanato e da ditadura.
10. Imediatamente após a tomada de posse do primeiro governo democraticamente eleito, a República de Kemet iniciou contactos diplomáticos com o Reino de Albion com o objetivo de negociar a devolução das joias da coroa de Setra VI. O Reino de Albion respondeu a todas os contactos diplomáticos da República de Kemet como recusas categóricas de iniciar essas negociações ou de sequer ponderar a devolução destes artefactos. Numa troca de notas verbais, Kamal Khaldun, Embaixador de Kemet em Camelot, frisou junto do Governo de Albion que as joias da coroa de Setra VI não só eram os símbolos nacionais da República de Kemet, como faziam parte da herança cultural histórica de Kemet e que haviam sido ilegalmente retiradas do seu território e que, por todas estas razões, o Reino de Albion tinha a obrigação de as devolver à República de Kemet e que a sua continuada permanência em Albion consubstanciava uma violação do Direito Internacional. Em resposta, Michael Howard, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Albion, afirmou que o Reino de Albion era o legítimo proprietário destes artefactos históricos, uma vez que tinham sido descobertos por uma expedição financiado pelo Reino de Albion e que há mais de um século eram guardados e preservados a expensas deste Estado, e que, ainda assim, não existia nenhuma obrigação internacional vinculativa para o Reino de devolver estes artefactos.
11. Esta disputa diplomática rapidamente se transformou um ponto de polémica no Reino de Albion e na República de Kemet, abundantemente discutido na opinião pública e na imprensa de ambos os Estados, arrastando-se por vários anos. Especialmente na República de Kemet, o Governo e os partidos que o apoiavam no Parlamento Nacional produziram uma campanha de propaganda de apoio ao esforço da República de reaver as joias da coroa de Setra VI. Através de discursos,

artigos de opinião nos principais jornais de Kemet e tempos de antena nas rádios e televisões nacionais, políticos ligados ao Governo de Kemet, bem como historiadores e intelectuais de Kemet, denunciaram as atitudes imperialistas e coloniais do Reino de Albion e galvanizaram a sua população para esta “luta patriótica pela devolução dos nossos símbolos nacionais”. O Governo de Kemet chegou mesmo a financiar a compra de *spots* televisivos e radiofónicos nas principais estações de Albion em resposta aos argumentos de vários intelectuais e políticos de Albion que apoiavam a decisão do seu Governo de não devolver estes artefactos. Anualmente, no seu discurso perante a Assembleia Geral das Nações Unidas, o Presidente da República de Kemet alertava a comunidade internacional para a necessidade urgente do Reino de Albion restituir as joias da coroa de Setra VI a Kemet.

12. No dia 20 de Dezembro de 2019, o Partido Liberal de Kemet, partido maioritário no Parlamento Nacional de Kemet e do qual faziam parte a maioria dos ministros do Governo, organizou um grande comício na principal praça de Agrabá denominado “Jornada Patriótica Setra VI”. Vários oradores, incluindo membros do Governo e figuras públicas de Kemet, fizeram discursos para uma multidão de cerca de um milhão de cidadãos, retomando as mensagens exaltação patriótica sobre a urgência de recuperar os símbolos nacionais da República de Kemet. O ponto alto deste comício foi o discurso de Faisal Abdullah, Primeiro-Ministro de Kemet. Num discurso carregado de retórica nacionalista inflamada, o Primeiro-Ministro afirmou que “lutar contra as forças do colonialismo e imperialismo opressor e pela proteção da herança histórica e cultural de Kemet é um dever patriótico fundamental de todos os cidadãos. Os agentes do velho imperialismo devem ser combatidos onde quer que eles se encontrem e devem revirar-se todas as pedras e quebrar todas as fechaduras até que a nossa herança histórica esteja finalmente reunida em Kemet, de onde nunca deveria ter saído”.
13. Galvanizada pelo discurso do Primeiro-Ministro, a multidão reunida no comício começou a dirigir-se em direção à Embaixada de Albion em Agrabá. Depois de alguns momentos de tensão com as forças de segurança kemetianas destacadas para proteção da Embaixada, a multidão conseguiu forçar a entrada na Embaixada. Durante cerca de uma hora até as forças de segurança terem conseguido reestabelecer a ordem, vários elementos desta multidão andaram livremente pela embaixada, tendo destruído vários bens e equipamentos da Embaixada e roubado uma série de artefactos do Antigo Kemet que se encontravam em exposição da embaixada. Ficaram ainda feridos cinco funcionários da embaixada.
14. No seguimento deste incidente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros solicitou à Universidade Altdorf que enviasse um especialista em kemetologia ao local para reaver os artefactos roubados da Embaixada de Albion. Em Fevereiro de 2020, o Professor Idaho Jones da Universidade de Altdorf chegou a Agrabá e iniciou a sua busca pelos artefactos roubados. No decurso de vários meses, o Professor Jones entrou em contacto com vários cidadãos kemetianos que tinham tomado parte na invasão da Embaixada de Albion e, tendo chegado à fala com os cidadãos que

tinham em sua posse os artefactos roubados, negociou com estes a compra dos mesmos, com o objetivo de os enviar para Albion. Tendo tomado posse dos bens, o Professor Jones entregou-os ao Embaixador de Albion em Kemet que os remeteu para Albion através de mala diplomática.

15. A Polícia de Segurança de Kemet, que se encontrava também a investigar os acontecimentos relativos à invasão da Embaixada de Albion, tomou conhecimento das atividades do Professor Jones e, na medida em que este havia adquirido artefactos culturais roubados com a intenção de os enviar para fora do país, comunicou isto mesmo ao Ministério Público de Kemet que acusou o Professor Jones de tráfico de artefactos culturais. Tendo sido emitido um mandado de detenção, a Polícia de Segurança de Kemet deteve o Professor Jones no dia 25 de Junho de 2020. No mesmo dia e nos termos do Artigo 3º do Acordo de Iteru, o Ministério da Justiça de Kemet solicitou ao Reino de Albion o envio de todas as informações pessoais, fiscais e criminais relativas ao Professor Jones.
16. No dia 26 de Junho, a Autoridade Aeroportuária de Kemet intercetou e entregou à Polícia de Segurança de Kemet a mala diplomática onde seguiam os artefactos obtidos pelo Professor Jones e que constituíam o objeto da acusação deste perante os tribunais kemetianos, na qualidade de elementos de prova de um processo criminal em curso.
17. Numa nota datada do dia 1 de Julho, o Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentou à República de Kemet o seu protesto formal pela violação da mala diplomática intercetada no dia 26 de Junho. Para além disso, informou a República de Kemet que não iria dar cumprimento ao pedido de informações pessoais relativas ao Professor Jones apresentado pelo Ministério da Justiça de Kemet, uma vez que essa partilha constituiria uma violação do Artigo 46º Regulamento (EU) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016 (Regulamento Geral de Proteção de Dados) e que, por força dos princípios gerais de aplicação do Direito da União Europeia, não poderia dar cumprimento a esse pedido. Finalmente, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Albion exigiu a libertação imediata do Professor Jones e a entrega imediata da mala diplomática apreendida ao Embaixador de Albion em Kemet.
18. Perante a recusa da República de Kemet de libertar o Professor Jones e de entregar a mala diplomática apreendida, o Reino de Albion iniciou, em 1 de Janeiro de 2021, um processo judicial contra a República de Kemet junto do Tribunal Internacional de Justiça. Nas suas conclusões, o Reino de Albion pede ao Tribunal que julgue e declare que:
 - (i) A República de Kemet é internacionalmente responsável pelos danos causados pela invasão da Embaixada de Albion em Kemet no dia 20 de Dezembro de 2019;
 - (ii) A República de Kemet violou as disposições da Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961), ao interceptar uma mala diplomática do Reino de Albion no dia 26 de Julho de 2020.

19. Em resposta ao pedido apresentado pelo Reino de Albion, em conclusão, a República de Kemet pede ao Tribunal que julgue e declare os pedidos apresentados pelo Reino de Albion como improcedentes e, em sede de reconvenção, pede ao Tribunal que julgue e declare que:
- (i) O Reino de Albion está obrigado a devolver as joias da coroa de Setra VI, símbolos nacionais e herança histórica e cultural da República de Kemet;
 - (ii) O Reino de Albion violou as disposições do Acordo de Iteru (1965) ao recusar o pedido formulado pelo Ministério da Justiça de Kemet no dia 25 de Junho de 2020.
20. Em resposta à reconvenção apresentada pela República de Kemet, em conclusão, o Reino de Albion pediu ao Tribunal que julgue e declare os contra-pedidos apresentados pelo República de Kemet como improcedentes.
21. O Reino de Albion e a República de Kemet são membros da Organização das Nações Unidas e aceitam sem reservas a jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça, nos termos do Artigo 36º do Estatuto. Ambos os Estados assinaram e ratificaram as seguintes convenções internacionais: Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (1969); Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas (1961); Convenção sobre a Proibição e Prevenção da Importação, Exportação e Transferência de Propriedade Ilícitas de Propriedade Cultural (1970). O Reino de Albion é um Estado-Membro da União Europeia desde 1960.